

O Custo Económico do Racismo
Jorge Fonseca de Almeida (Cédula 1083)

Os relatórios ESG (*Environmental Social and Governance*) previstos na Diretiva 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho vêm institucionalizar a necessidade das empresas se focarem não só nos acionistas mas também nas restantes partes interessadas (*stakeholders*). Interessa-nos particularmente o “S” da sigla, o social e neste a temática da discriminação racial. O Relatório prevê que as empresas reportem os dados relevantes sobre os indicadores de Inclusão e Diversidade e respetivos KPI (*key performance indicator*). Acontece que muitas empresas portuguesas não têm políticas inclusivas, o que se pode constatar pelas grandes diferenças salariais entre homens e mulheres e pela composição racial da sua força de trabalho.

O tema da Inclusão e da Diversidade é ainda mal percebido em Portugal, remetido unicamente para a questão de género, esquecendo a sua dimensão racial. Contudo, as empresas portuguesas competem em mercados internacionais em que o tema da discriminação racial, assume cada vez mais relevância. É, pois, da maior importância estratégica que as questões da discriminação racial sejam melhor compreendidas e combatidas ao nível das empresas. Negar o tema será um erro estratégico.

Este artigo pretende sensibilizar economistas e gestores para a discriminação racial e do seu custo económico, preparando-os para uma abordagem correta nos Relatórios ESG.

Apesar de forte resistência tem vindo a crescer o número de estudos sobre o impacto económico da discriminação e do racismo nas sociedades ocidentais. Nos Estados Unidos entre 1990 e 2018 foram publicados mais de 50 artigos sobre discriminação racial nas dez mais importantes revistas científicas (Omeokwe, 2020) (Čihák et al., 2020). Esther Duflo, Prémio Nobel da Economia em 2019, editora da *American Economic Review*, referiu que a relutância em admitir o racismo dificulta a publicação de artigos sobre o racismo e que “um artigo que encontre provas de discriminação racial precisa de trabalhar arduamente junto dos revisores para provar o seu ponto de vista; eles procuraram sempre encontrar

outra explicação”¹ e concluiu dizendo: “O que devemos fazer como editores é estar alerta e conscientes deste enviesamento, para que o possamos corrigir”² (Omeokwe, 2020).

O trabalho dos economistas laureados com o Prémio Nobel da Economia nas últimas décadas revela muitos trabalhos nesta área. Alguns exemplos: Gary Backer escreveu *The Economics of Discrimination* (1957), Kenneth Arrow publicou *Some Models of Racial Discrimination in the Labor Market* (1971), James Hachman redigiu *Detecting Discrimination* (1998), Thomas C. Schelling debruçou-se sobre *Sorting and Mixing: Race and Sex* (1978), Edmund S. Phelps avançou com *The Statistical Theory of Racism and Sexism* (1972), Angus Deaton refletiu sobre *What does the empirical evidence tell us about the injustice of health inequalities?* (2011), Abhijit Banerjee olhou para as preferências étnicas em *Parochial Politics: Ethnic Preferences and Politician Corruption* (2007), David Card mediu o impacto negativo da segregação em *Racial Segregation and the Black-White Test Score Gap* (2007). Estes exemplos mostram que a temática do racismo não deve estar ausente da investigação sendo já hoje uma temática bem enraizada nas ciências económicas/gestão no mundo anglo-saxónico e latino-americano.

Portugal foi, desde a sua fundação, um país de enorme diversidade, comportando sempre populações racializadas. Nos primeiros séculos da nossa existência aqui coexistiram cristãos, muçulmanos, judeus, brancos, árabes, Negros, e tantos outros numa diversidade criativa que esteve na origem do forjar de uma identidade nacional que permitiu a manutenção da independência, nomeadamente em 1385. É certo que mais tarde parte dessa diversidade foi violentamente excluída o que pronunciou a perda da nossa independência em 1640. Apesar disso a sociedade portuguesa fruto da sua História colonial, escravocrata, permaneceu até hoje sempre diversa, desigual e estruturada em torno de linhas raciais. Naturalmente que a composição das populações racializadas se foi alterando ao longo dos séculos, mas tal não alterou a situação fundamental de uma sociedade diversa e hierarquizada. Numa tal sociedade é absolutamente indiscutível que a raça e a etnia tiveram e têm um papel central no desenvolvimento económico do país. Estudar a economia sem estudar o impacto destes fatores é, naturalmente, tarefa impossível e ingénua.

¹ Nossa tradução de ““a paper that finds evidence of racial discrimination needs to work particularly hard to make its case with the referees; they will always try to find another story” (Omeokwe, 2020).

² Nossa tradução de ““What we must do as editors is to be aware of this bias and mindful of it, so we can correct for it,” she said” (Omeokwe, 2020).

Raça, racismo e racialização

Primeiro é preciso relembrar que a Humanidade, contendo uma formidável diversidade genética, não se subdivide em raças biológicas existindo apenas a espécie *Homo Sapiens Sapiens* (Long & Kittles, 2003) . Em segundo lugar, é inegável que o racismo enquanto fenómeno social baseado na discriminação entre seres humanos com base em atributos físicos (cor da pele, cor dos olhos, formato do crânio, tipo de cabelo, formato do nariz, etc.) existe e é bem real, quer para os que com ele sofrem quer para os que dele beneficiam. De facto “Em muitas nações multirraciais, como os Estados Unidos, há profundas e teimosamente persistentes diferenças raciais e étnicas ao nível do estatuto socioeconómico, educacional, profissional, de riqueza, de poder político, etc.”³ (Smedley & Smedley, 2005). Estas diferenças denotam uma relação de poder entre os grupos, sendo o racismo uma forma de dominação.

A ponte entre estes dois factos – não existência de raças mas existência de racismo - encontra-se na racialização, isto é na junção artificial, preconceituosa e errada de atributos sociais negativos (preguiça, menor inteligência, etc.) a grupos humanos que partilham uma, ou mais, característica fisiológica comum (real ou imaginária). São, assim, construídas supostas raças (Garner & Selod, 2014) . Fanon viu a racialização como um processo de desumanização do Outro, isto é a expulsão do Outro do seio da humanidade (Fanon, 2021). A mesma ideia foi expressa por Omi & Winant – “A criação de raças também pode ser entendida como um processo de “outralização”⁴ (Omi & Winant, 2015). “É hoje largamente aceite na maioria dos campos académicos que a raça é uma construção social”⁵ (Omi & Winant, 2015). A racialização permite implementar e justificar a dominação de um grupo por outro.

A racialização é a base do racismo nas sociedades contemporâneas. Percebe-se, assim, que o mito racial “Persiste desafiando os dados genéticos que desconstroem esse

³ Nossa tradução de “In many multiracial nations such as the United States, there are profound and stubbornly persistent racial and ethnic differences in socioeconomic status, educational and occupational status, wealth, political power, and the like” (Smedley & Smedley, 2005).

⁴ Nossa tradução de “Race- making can also be understood as a process of “othering””(Omi & Winant, 2015).

⁵ Nossa tradução de “It is now widely accepted in most scholarly fields that race is a *social construction*” Omi & Winant, 2015

pensamento, provavelmente como resultado do meio sociocultural, de tradições de pesquisa persistentes e da falta de compreensão das implicações dos estudos genéticos modernos”⁶ (Keita & Kittles, 1997)

Se em outras épocas históricas o racismo foi considerado “científico” e defendido abertamente depois da II Grande Guerra e dos horrores a que conduziu, o racismo procura hoje outras roupagens como forma de manter a discriminação racial. Entre estas estão a negação do racismo e o daltonismo racial de quem diz não ver cores (Van Dijk, 1992).

Em resumo podemos citar a Professora da Universidade do Kentucky Melissa Stein na sua sessão do livro *Black Women in America*, intitulada *Race as a Social Construction*:

A construção social da raça é fundamentalmente uma história de poder, em que aqueles em posições de autoridade política, económica e social criam e recriam categorias de diferenças e atribuem significado e valor com base nessas categorias para manter e naturalizar o seu próprio domínio. Mas é também uma história de resistência, na qual os afro-americanos desafiaram continuamente a desigualdade generalizada e os estereótipos negativos e, por sua vez, criaram identidades para si mesmos (Stein, 2005).

O papel da Economia na questão da discriminação racial

Deve uma ciência como a Economia/Gestão envolver-se no estudo e na elucidação da questão da discriminação racial? Tem a discriminação racial efeitos económicos que sejam necessários analisar? A esta pergunta respondeu Kenneth Arrow “É natural supor que a análise económica possa lançar luz sobre os efeitos económicos da discriminação racial”⁷ (Arrow, 1998). E Arrow salienta a incompatibilidade entre a discriminação racial e o mercado, não permitindo que oferta e procura livremente se encontrem, segmentando os mercados e criando artificialmente preços distintos para produtos iguais. Isto acontece no mercado de trabalho, mas também noutros mercados como o habitacional, de cuidados de saúde, crédito bancário etc.. A discriminação racial limita ou destrói os mercados

⁶ Nossa tradução de “It persists in defiance of genetic data that deconstruct such thinking, probably as a result of the sociocultural milieu, linger research traditions, and a lack of appreciation of the implications of modern genetic studies” (Keita & Kittles, 1997).

⁷ Nossa tradução de “It is natural to suppose that economic analysis can cast light on the economic effects of racial discrimination” (Arrow, 1998).

(Arrow, 1998). Pensamos que a incompatibilidade demonstrada por Arrow entre discriminação e mercado livre é suficiente para justificar a inclusão do estudo da discriminação como tema de estudo central na Economia/Gestão.

O Racismo empobrece toda a sociedade

As discriminações raciais no mercado de trabalho e outras são contrárias ao princípio da igualdade consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República portuguesa. Devem ser combatidas em nome dos nossos valores. Mas não podemos ignorar que se a discriminação social gera vantagens económicas para um grupo mais ou menos diminuto da população ela têm, simultaneamente, custos elevados não só para os discriminados como também para a sociedade como um todo, em termos de perda de PIB e de bem-estar geral (Bon-Maury et al., 2016). Assim o reconhecem gestores como Raphael Bostic, Presidente do Federal Reserve Bank of Atlanta (Bostic, 2020) ou académicos como a Professora Lisa Cook que publicou um artigo com título bem expressivo *Racism Impoverishes the Whole Economy* (Cook, 2020).

Eliminar as discriminações traduz-se então, também, no eliminar os seus elevados custos e, conseqüentemente, num aumento da riqueza geral. Um estudo recente nos Estados Unidos concluiu mesmo que “Descobrimos que eliminar as diferenças raciais é uma melhoria do ótimo de Pareto quer para a economia quer para a sociedade dos Estados Unidos”⁸ (Peterson & Mann, 2020).

Identificar a discriminação racial

Se afastarmos as erradas teses racistas concluiremos que os talentos e capacidades humanas estão igualmente distribuídos pelas diferentes comunidades. Ora se acontece que os membros de uma comunidade exibam uma menor escolaridade, salários médios mais baixos, perfil profissional diferenciado e de pior qualidade, menor acesso à habitação, à saúde, à justiça ou apresentem índices médios de pobreza, de mortalidade, do que os membros de outra comunidade, então teremos que concluir que há uma política (atual ou passada, consciente ou inconsciente) discriminatória que justifica estas

⁸ Nossa tradução de “We discover that closing racial gaps is a Pareto improvement to both the U.S. economy and society” (Peterson & Mann, 2020).

diferenças. Assim o primeiro passo para detetar as discriminações é a de comparar estatisticamente comunidades diferentes. Para isso é necessário que os censos e outras estatísticas, nomeadamente os Relatórios ESG, recolham os dados raciais necessários.

Há também custos advindos da segregação já que a produtividade e a criatividade são, em geral, mais elevadas em equipas diversificadas, quer em termos de género quer racial (Barrington & Troske, 2001). Existem igualmente custos sociais da incorreta alocação de recursos. Obrigar uma jovem Negra talentosa a ser empregada da limpeza quando poderia ser médica ou engenheira, ou até quando já têm habilitações que a qualificam para outras tarefas, em que teria uma produtividade mais elevada é uma incorreta alocação de recursos que tem um elevado custo para a jovem mas também para a sociedade.

Custo da discriminação racial

Neste ponto vamos apresentar sumariamente dois trabalhos relevantes nesta esfera: um elaborado pelo Citibank e o outro por um *think tank* francês. Muitos outros poderiam ser listados aqui como os da Mckinsey em Co (Noel et al., 2019), o da economista Valerie Wilson em que expõe as disparidades entre brancos e Negros nos EUA ao nível da taxa de desemprego, sendo a dos Negros persistentemente mais elevada desde os anos 50 do século passado – “Quase sete décadas de dados podem ser sumarizados num simples ratio: 2-1”⁹ (Wilson, 2022) e a dos vencimentos, ganhando os brancos muito mais do que os trabalhadores Negros com as mesmas qualificações (Wilson, 2022). Ainda no campo do mercado de trabalho salientar o trabalho publicado em 2021 por uma equipa de economistas do Federal Reserve Bank de San Francisco (Buckman et al., 2021).

O trabalho do Citibank levado a cabo sob a direção da Economista-chefe Catherine L. Mann e publicado em 2020 identificou um custo para a sociedade norte-americana de 16 triliões de dólares¹⁰ nos 20 anos anteriores devido à discriminação dos Negros. E um ganho de 5 triliões de dólares nos 5 anos seguintes se a discriminação terminasse. Os números foram calculados com base nos seguintes vetores: i) o aumento de rendimento dos Negros que implicaria uma subida do consumo e do investimento; ii) aumento do acesso ao crédito à habitação por famílias Negras que levaria ao aumento da construção;

⁹ Nossa tradução de “Nearly seven decades worth of data can be summed up in one simple ratio: 2-to-1 (Wilson, 2022).

¹⁰ Notação americana de triliões.

iii) maior acesso dos jovens Negros ao ensino superior, elevando assim os seus rendimentos; iv) acesso mais equitativo aos empréstimos bancários que teria criado mais empresas e volumes de negócio significativos. Este estudo procura assim identificar as diferenças (“gaps”) entre as diferentes comunidades (branca e Negra) e valoriza-los em termos monetários e contabilizando como ganho económico a sua eliminação. Por exemplo a nível da habitação própria verifica-se uma diferença entre a população branca em que 70% das famílias vive em habitação própria e a população Negra em que apenas cerca de 40% vive em habitação própria. Para fechar esta diferença (gap) seriam necessárias cerca de 700.000 novas casas cuja construção, manutenção, financiamento, etc, acrescentariam 218 biliões de dólares ao PIB. Trata-se de uma metodologia simples e que produz resultados muito concretos e fiáveis. Para poder ser aplicada necessita de dados estatísticos fiáveis e organizados por perfil racial ao nível da habitação, do mercado trabalho, da educação e dos empréstimos bancários (Peterson & Mann, 2020).

Na Europa continental destacamos o trabalho levado a cabo pelo *think tank* France Stratégie para o Governo francês e consubstanciado no Relatório de 2016, intitulado *Le Coût Économique des Discriminations*, que se centra nas discriminações no emprego. O estudo começa por definir discriminação como uma situação em que “uma parte da população é penalizada no acesso ao emprego ou cantonizada em empregos de menor qualidade”¹¹. Refere os quatro grupos estudados: as mulheres, os grupos racializados, os deficientes e os moradores em zonas urbanas sensíveis. Para determinar os ganhos da eliminação das discriminações traça 4 efeitos: o efeito salário, o efeito taxa de emprego, o efeito duração do trabalho e o efeito do nível de educação. Da conjugação destes efeitos constrói quatro cenários. Os ganhos para o PIB francês seriam de 3,6% no cenário de só ser possível implementar o efeito salário, de 6,9% na conjugação do efeito salário e efeito emprego 11% conjugando os três primeiros efeitos e 14,1% conjugando todos os efeitos. No que toca às discriminações sobre os Negros a sua eliminação promoveria uma melhoria do PIB de respetivamente 3%, 10%, 8% e 9% dos ganhos estimados para cada um dos cenários(Bon-Maury et al., 2016). Ganhos, pois, de grande dimensão, advindos da eliminação das discriminações no mercado de trabalho.

¹¹ Nossa tradução de “qu’une partie de la population concernée est pénalisée dans l’accès à l’emploi ou cantonnée dans des emplois de moindre qualité”(Bon-Maury et al., 2016).

Um Relatório ESG exemplar

Reportamo-nos ao Relatório ESG do JP Morgan Chase & Co o grande banco norte-americano relativo ao ano de 2022. Aí se assume a responsabilidade do banco em fechar as disparidades raciais no país e se anuncia o Compromisso de Equidade Racial de 30 mil milhões de dólares para ajudar a eliminar as disparidades raciais. As áreas cobertas pelo plano incluem: i) Aumentar os níveis de habitação própria das comunidades racializadas; ii) Expandir a oferta de habitação para arrendamento a preços acessíveis, iii) Apoiar o crescimento de pequenos Negócios da comunidades racializadas, iv) Gastar mais com fornecedores Negros, Hispânicos e Latinos, v) Apoiar a saúde financeira e o acesso à banca, vi) Investir em associações comunitárias, vi) Apoiar com capital filantrópico uma recuperação económica inclusiva e apoiar as comunidades Negras, Hispânicas e Latinas mais desfavorecidas, vii) Acelerar o investimento nos empregados e construir uma força de trabalho mais inclusiva e diversificada (*Environmental Social Governance Report 2022, 2023*) . Para cada uma destas áreas o Banco tem um plano de ação próprio, um orçamento detalhado, com metas bem definidas e um calendário. Por exemplo para 2022 estava previsto gastar mais 750 milhões de dólares com fornecedores Negros, Hispânicos e Latinos (*Environmental Social Governance Report 2022, 2023*).

Sobre a diversidade racial o Relatório tem dados detalhados da composição racial, desde o Conselho de Administração (91% brancos, 9% Negros) e noutros níveis hierárquicos – por exemplo entre os *Senior Level Employees* existem 75% brancos, 6% Hispânicos, 12% Asiáticos, 5% Negros e 2% de Outros. O banco não está satisfeito e tem planos concretos para aumentar a diversidade racial em todos os níveis hierárquicos. Uma informação detalhada e de qualidade e um compromisso firme com o fim das disparidades raciais e com a diversidade racial nos seus quadros, fornecedores e clientes e demais *stakeholders*. Um Relatório que vale a pena conhecer e emular (naturalmente cada empresa à sua escala).

Discriminação racial em Portugal

A visita a bairros como o da Jamaica (no Seixal), da Cova da Moura (na Amadora), do II Torrão (em Almada) e tantos outros permite ao economista/gestor distraído perceber, sem recurso a mais estatísticas, que existem fortes disparidades no acesso à habitação em

virtude do perfil racial das pessoas. A leitura dos trabalhos de Cristina Roldão sobre a educação, de Joana Gorjão Henriques sobre a composição étnico-racial da população prisional em Portugal, consolida essa noção. Finalmente uma digressão pelas estufas de Odemira, ou pelos estaleiros de construção civil concluiria o tema. Existem profundas disparidades entre as diversas comunidades raciais em Portugal. Essas disparidades só podem ser fruto de políticas racistas discriminatórias (atuais, passadas ou as duas).

Em Portugal não existem estudos relevantes que meçam os custos destas disparidades, nem existem os instrumentos (as estatísticas), nem a alocação de recursos públicos ou privados (bolsas, subsídios, etc.) que permitam desenvolver esse trabalho, absolutamente estratégico. As empresas portuguesas arriscam-se assim a passar por empresas racistas no contexto internacional em que competem. Os dados dos Relatórios ESG podem vir a ajudar a suprir essa lacuna informativa permitindo criar estratégias setoriais ou nacionais.

Sugere-se que a Ordem crie uma equipa sobre o tema da discriminação racial, se associe parceiros como o Observatório do Racismo e/ou Universidade para em conjunto obter financiamento que permita fazer um estudo sobre o custo da discriminação racial.

Referências

- Anagnos, C. (2018, November 16). *California's Typhus Surge Is Linked to Fleas, Feces, and Bad Economic Policies*. Foundation for Economic Education. <https://fee.org/articles/californias-typhus-surge-is-linked-to-fleas-feces-and-bad-economic-policies/>
- Arrow, K. J. (1998). What has Economics to say about Racial Discrimination? *Journal of Economic Perspectives*, 12(2), 91–100.
- Barrington, L., & Troske, K. R. (2001). *Workforce Diversity and Productivity: An Analysis of Employer-Employee Matched Data* (EPWP # 01.02; Economics Program Working Paper Series).
- Bon-Maury, G., Bruneau, C., Dherbécourt, C., Diallo, A., Flamand, J., Gilles, C., & Trannoy, A. (2016). *Le Coût Économique des Discriminations*.
- Bostic, R. (2020). *A Moral and Economic Imperative to End Racism*. Federal Reserve Bank of Atlanta. file:///C:/Users/Admin/Downloads/wp2021-11.pdf
- Buckman, S. R., Choi, L. Y., Daly, M. C., & Seitelman, L. M. (2021). *The Economic*

- Gains from Equity* (No. 2021–11).
- Čihák, M., Mlachila, M., & Sahay, R. (2020, September). Race in Economics. *Finance & Development*.
- Cook, L. D. (2020, November 18). Racism Impoverishes the Whole Economy. *New York Times*. <https://www.nytimes.com/2020/11/18/business/racism-impoverishes-the-whole-economy.html>
- Environmental Social Governance Report 2022*. (2023).
- Fanon, F. (2021). *Os Condenados da Terra*. Letra Livre.
- Garner, S., & Selod, S. (2014). The Racialization of Muslims: Empirical Studies of Islamophobia. *Critical Sociology*, 41(1), 9–19.
- Keita, S. O. Y., & Kittles, R. A. (1997). The Persistence of Racial Thinking and the Myth of Racial Divergence. *American Anthropologist*, 99(3), 534–544.
- Long, J. C., & Kittles, R. A. (2003). Human Genetic Diversity and the Nonexistence of Biological Races. *Human Biology*, 75(4), 449–471.
- Noel, N., Pinder, D., Stewart III, S., & Wright, J. (2019). *The economic impact of closing the racial wealth gap*. <https://www.mckinsey.com/industries/public-sector/our-insights/the-economic-impact-of-closing-the-racial-wealth-gap>
- Omeokwe, A. (2020, July 12). Economics Journals Faulted for Neglecting Studies on Race and Discrimination. *The Wall Street Journal*.
- Omi, M., & Winant, H. (2015). *Racial Formation in the United States* (3rd ed.). Routledge.
- Peterson, D. M., & Mann, C. L. (2020). *Closing the Racial Inequality Gaps - The Economic Cost of Black Inequality in the U.S.*
- Smedley, A., & Smedley, B. D. (2005). Race as Biology Is Fiction, Racism as a Social Problem Is Real. *American Psychologist*, 60(1), 16–26.
- Stein, M. N. (2005). Race as a Social Construction. In D. C. Hine (Ed.), *Black Women in America*. Oxford University Press.
- Van Dijk, T. A. (1992). Denying Racism: Elite Discourse and Racism. *Discourse and Society*, 3, 87–118.
- Wilson, V. (2022). *The costs of racial and ethnic labor market discrimination and solutions that can contribute to closing employment and wage gaps*. Economic Policy Institute. <https://www.epi.org/publication/wilson-testimony-costs-of-racial-and-ethnic-labor-market-discrimination/>